



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS
LEGISLATURA: 2025-2028

MATÉRIA APRESENTADA

REQUERIMENTO Nº 040/2025 22ª **ORDINÁRIA**

EM 07/07/25

Exmo. Sr. Presidente,

[Assinatura]
PRESIDENTE

Os Vereadores signatários deste requerimento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno deste Poder Legislativo, requerem a seguinte providência:

Considerando a Indicação nº 107/2025, que Indica a apresentação de Projeto de Lei que Cria o cargo de Assessor Parlamentar no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Nanuque e dá outras providências, apresentada na reunião ordinária do dia 02 de junho de 2025;

Considerando o Impacto financeiro, do Setor contábil desta Casa Legislativa, apresentado na data de 30 de junho de 2025;

Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta Celebrado entre o Ministério Público e a Câmara Municipal de Nanuque;

Sessão 22ª **Ordinária**
a Comissão de Redação
Emitir Parecer
Em 07/07/25

REQUEREMOS:

1. A apresentação de Projeto de Lei, que Cria o cargo de provimento em comissão de Assessor parlamentar, na estrutura do Gabinete do Vereador.
2. Caso não apresentar, encaminhar justificativa fundamentada contabilmente e juridicamente para não apresentação.

[Assinatura]
Presidente da Câmara

JUSTIFICATIVA

Esse requerimento se faz necessário mediante a necessidade de todos os Vereadores do Plenário de possuir um assessor para auxiliar o parlamentar em suas atividades diárias, principalmente, comunicação com eleitores e outros órgãos do governo, bem como na gestão da agenda parlamentar.

23ª **Ordinária**
APROVADO Em 23ª **Discussão**
Por [Assinatura]
Salas das Sessões
Rubrica do Presidente

Avenida Geraldo Romano, 231 - Centro - CEP: 39.860-000

CNPJ: 21.224936/0001-76

E-mail: contato@camarananuque.mg.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS
LEGISLATURA: 2025-2028

Nanuque, Sala das Sessões, 07 de julho de 2025.


Bruno Salomão dos Santos


Djalma Moreira


Elson de Souza Lima


Jesualdo Pereira Damascena


Lualga Lopes Miranda



Carlos Souza da Cruz

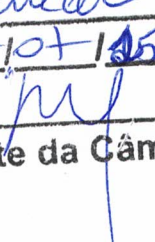

Elienis Oliveira Santos Tigre

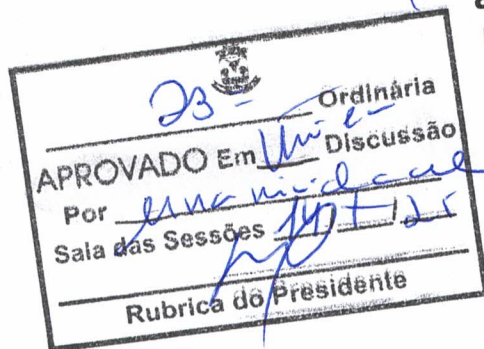


Fábio Costa de Jesus


Lot Ignácio de Souza Junior


Sidnei Pereira Silva

MATÉRIA APRESENTADA
SESSÃO 22 ORDINÁRIA
EM 07/07/25
PRESIDENTE 

Sessão 22 Ordinária
a Comissão de Pedra
Emitir Parecer
Em 07/07/25



23 - Ordinária
APROVADO Em 11/12/25 Discussão
Por essa medida
Sala das Sessões 11/12/25
Rubrica do Presidente 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NANUQUE

Ofício n.º 346/2013.

Ref: Procedimento Preparatório n.º MPMG-0443.13.000260-5.

Recebido
05/08/13
Rivaldo Monteiro da Silva
Presidente
Câmara Municipal de Nanuque - MG

Nanuque, 5 de agosto de 2013.

Senhor Presidente,

Tendo em vista a instauração do Procedimento Preparatório supramencionado, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência a Recomendação Administrativa 08/2013 para conhecimento e providências.

Atenciosamente,


RENATA CRISTINA TORRES MAIA COELHO
Promotora de Justiça

Excelentíssimo Senhor
Rivaldo Monteiro da Silva
Presidente da Câmara de Vereadores de Nanuque
Nanuque - MG
CEP: 39.860-000

Atenção: ao responder, gentileza fazer referência ao número deste ofício e Notícia de Fato.

Promotoria de Justiça de Nanuque - Prédio do Fórum Local - Praça Teófilo Otoni, n. 20, Centro, Nanuque, MG, CEP: 39860-000 - tel.: (33) 3621-2872 - e-mail: pjnanuque@mp.mg.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA 08/2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, por meio da Promotora de Justiça signatária, no uso das suas atribuições, especialmente as previstas nos artigos 67, inc. VI e 68 da Lei Complementar Estadual 34/94 e artigo 27 e seu parágrafo único, inc. IV da Lei Federal 8.625/93;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal e a proteção do patrimônio público e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, CF e Lei 7.347/85);

CONSIDERANDO ter chegado ao conhecimento desta 2ª Promotoria de Justiça notícias de irregularidades perpetradas na aplicação da "verba de gabinete" pelos edis, o que culminou na instauração do Procedimento Preparatório nº 0443.13.000260-5;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 01/2013, de 19 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a "verba de manutenção de gabinete" da Câmara Municipal de Nanuque, prevê a possibilidade de que o valor seja gasto com a aquisição de mobiliários e utilitários, alimentação, aquisição de software, computador, impressora, pagamento de assessor parlamentar, divulgação, publicidade e propaganda, entre outros.

CONSIDERANDO que, após as primeiras apurações, foram identificadas inúmeras irregularidades no que toca ao recebimento e aplicação da mencionada verba, chamando atenção a ausência de critérios para a contratação de assessores parlamentares e a forma como é realizado o pagamento desse valor aos vereadores, em total dissonância com os princípios da moralidade e do interesse público;

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

para manutenção de seus respectivos Gabinetes, incluindo gastos com gasolina, viagens, freqüência a cursos, correspondências, pesquisas, contratações de Assessores, etc,"

Acrescentando adiante:

"A receita da Câmara consiste nos duodécimos repassados pela Prefeitura, deverá ser mantida centralizada escrituralmente numa única tesouraria, em respeito ao princípio da unidade de caixa, centralizando-se, também, na tesouraria ou pagadoria, o regime ou a forma de aplicação desses recursos. Ressalte-se que o regime descentralizado de aplicação de recursos poderá, em alguns casos, comprovar-se anti-econômico e atentatório ao princípio constitucional da economicidade, sabendo que a centralização do regime de compras constitui fator de redução de custos, possibilita a instituição do regime de registro de preço previsto em lei e racionaliza os procedimentos burocráticos, gerando economia de serviços, sem falar que afasta os vícios dos fracionamentos de despesas, dentre outros frequentemente detectados pelos órgãos de controle interno e externo."

CONSIDERANDO, assim, que não é permitido à Câmara Municipal estender para o domínio do gabinete do Vereador a gestão dos recursos necessários à sua manutenção, nem conferir a esse gabinete a natureza de repartição administrativa com autonomia financeira para execução de despesas, tais como concessão de diárias a servidores ou pagamento decorrente de contratação de assessores;

CONSIDERANDO que os gastos elencados na mencionada resolução não se caracterizam como verba indenizatória, mas constituem, pela via oblíqua e transversa, desvio da finalidade com prejuízo ao erário público, caracterizando claramente verbas de caráter remuneratório, com ofensa aos princípios da legalidade (sistema de subsídios) e moralidade administrativa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSIDERANDO que na malfadada resolução não se faz presente o interesse público, mas sim o interesse pessoal de cada vereador, sendo as despesas autorizadas totalmente dispensáveis ao exercício da vereança, visto que os gabinetes dos senhores vereadores já são dotados de toda estrutura necessária para o exercício de suas funções;

CONSIDERANDO, portanto, que o referido regramento viola princípios constitucionais e da Administração Pública, notadamente o princípio da moralidade, e sua utilização constitui ato de improbidade administrativa por lesão ao Erário e por enriquecimento ilícito;

Resolve, antes de utilizar a via do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade das leis e dos atos normativos perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** a essa Casa, objetivando seja buscada uma solução adequada constitucionalmente pelo próprio Poder Legislativo exercendo seu poder de autocontrole da constitucionalidade, nos seguintes termos:

- 1) Recomenda-se a revogação dos incisos I, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do artigo 3º da Resolução 01/2013, limitando a verba de gabinete a R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais;
- 2) Elaborar lei criando o cargo comissionado de assessor parlamentar, que disponha sobre carga horária, requisitos para seu exercício, atribuições, salário compatível com o cargo, incompatibilidades, etc, ficando a cargo da Câmara Municipal o pagamento dos respectivos salários;
- 3) Realizar o pagamento da verba de gabinete tão somente após a realização da despesa e a regular prestação de contas pelo vereador solicitante;
- 4) Determinar através de portaria que mobiliários, utilitários, computadores e impressoras adquiridos pelos atuais edis passem a pertencer à Câmara Municipal, recebendo, cada um dos itens, número patrimonial;
- 5) Fixa-se, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal 8625/93, o **prazo de trinta dias**, a contar da data do recebimento pessoal



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSIDERANDO que, conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ¹ é admitido o ressarcimento das despesas que, excepcionalmente, o vereador realizar em decorrência das atividades contingenciais ínsitas ao exercício do cargo, em parcela destacada do subsídio, estabelecido pelo § 4º do art. 39 da CR/88, mediante comprovação dos gastos em regular processo de prestação de contas:

CONSIDERANDO que, a teor do que orienta o TEC/MG², o montante relativo à verba de gabinete não deve ser entregue ao agente político, sob pena de compor a remuneração do vereador, sendo objeto de movimentação orçamentária pelo ordenador das despesas que deve prestar contas da destinação dada à verba com a comprovação dos gastos feitos:

CONSIDERANDO que é vedada a estipulação de parcela permanente a título de verba indenizatória, em favor de gabinete ou de vereador tomado isoladamente, sob pena de convolá-la em parcela remuneratória e, dessa forma, configurar acréscimo inconstitucional ao subsídio mensal fixado.

CONSIDERANDO que, em observância à regra constitucional que estabelece o subsídio para agentes políticos, a verba indenizatória relativa às despesas efetuadas e exclusivamente relacionadas com o exercício da função parlamentar, devem ser pagas somente mediante a realização de despesas acompanhadas da correspondente nota fiscal que a ateste.

CONSIDERANDO que é inadmissível que o Vereador possa, inobservando competência privativa do Presidente da Câmara, transformar-se em ordenador de despesa, conforme entendimento já esposado pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais na consulta nº 643.657, cujo relator assim se manifestou:

"Quanto ao mérito, esclarecemos que esta Corte de Contas já decidiu, em resposta a consultas anteriores versando sobre o mesmo teor, pela impossibilidade da pretensão de dotar cada vereador de verba própria

¹ Consultas n. 873.702 (21/05/2012), 862.218 (13/03/2012)

² Consultas n. 839.034 (10/05/2011), 783.497 (15/07/2009), 698.917 (03/08/2005), 638.235 (27/06/2001) e 483.478 (25/11/1998)




MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

da presente recomendação, para que Vossa Excelência cumpra, em sendo esse o entendimento, a presente recomendação, nos termos da disposição anterior;

- 6) Na ocasião, também nos termos do disposto no inciso IV parágrafo único, do art. 27 a Lei Federal 8625/93 requisita-se diretamente à Vossa Excelência:
 - a) Informações, por escrito, a esta representante ministerial, **no prazo de 10 dias**, contados do recebimento da presente recomendação sobre o cumprimento dos itens "1" a "4";

Nanuque, 02 de agosto de 2013.


RENATA CRISTINA TORRES MAIA COELHO
Promotora de Justiça
Curadora do Patrimônio Público



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEGISLATURA: 2025-2028

Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro com Base na LRF 101/2000

Órgão Público: Câmara Municipal de Nanuque
Data: 25/06/2025
Elaborado por: Fabiano Monteiro Rodrigues

Introdução

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) 101/2000 estabelece normas para a gestão fiscal responsável, exigindo que os entes públicos mantenham equilíbrio entre receitas e despesas, evitando déficits que comprometam a sustentabilidade financeira. Este relatório analisa os impactos orçamentários e financeiros das novas despesas previstas pela Câmara Municipal de Nanuque, considerando os limites impostos pela LRF.

Impactos Orçamentários e Financeiros

Cenário 1: Salário de R\$ 1.518,00 (sem vantagens)

1. **Nova Despesa Mensal Total:** R\$ 23.397,48.
2. **Despesa Total Anual:** R\$ 404.384,88.
3. **Receita Anual Orçada:** R\$ 206.920,00.
4. **Déficit Anual:** R\$ 197.464,88.

Cenário 2: Salário de R\$ 2.000,00 (sem vantagens)

1. **Nova Despesa Mensal Total:** R\$ 30.826,68.
2. **Despesa Total Anual:** R\$ 449.960,08.
3. **Receita Anual Orçada:** R\$ 206.920,00.
4. **Déficit Anual:** R\$ 243.040,08.

Cenário 3: Salário de R\$ 1.518,00 (sem vantagens)

1. **Nova Despesa Mensal Total:** R\$ 23.397,48.
2. **Despesa Total Mensal:** R\$ 516.444,66.
3. **Receita Mensal:** R\$ 570.527,49.



Handwritten signature and date:
25/6/25
[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS
LEGISLATURA: 2025-2028

4. **Saldo Mensal:** R\$ 54.082,83.

Cenário 4: Salário de R\$ 2.000,00 (sem vantagens)

1. **Nova Despesa Mensal Total:** R\$ 30.826,68.
2. **Despesa Total Mensal:** R\$ 523.873,86.
3. **Receita Mensal:** R\$ 570.527,49.
4. **Saldo Mensal:** R\$ 46.653,63.

Tabela Demonstrativa dos Saldos Orçamentários e Financeiros

Cenário	Receita Anual (R\$)	Despesa Anual (R\$)	Déficit Anual (R\$)	Receita Mensal (R\$)	Despesa Mensal (R\$)	Saldo Mensal (R\$)
Salário R\$ 1.518,00 (sem vantagens)	206.920,00	404.384,88	197.464,88	570.527,49	516.444,66	54.082,83
Salário R\$ 2.000,00 (sem vantagens)	206.920,00	449.960,08	243.040,08	570.527,49	523.873,86	46.653,63



Handwritten signature and date 25/6/25

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) 101/2000, considerando o limite de 70% para despesas com pessoal sobre a receita mensal de R\$ 570.527,49:

1. **Limite máximo permitido para despesas com pessoal (70% da receita):**
 $R\$ 570.527,49 \times 70\% = R\$ 399.369,24$.
2. **Valor já utilizado com despesas com pessoal:**
R\$ 359.288,20.
3. **Saldo disponível para utilização:**
 $R\$ 399.369,24 - R\$ 359.288,20 = R\$ 40.081,04$.

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEGISLATURA: 2025-2028

Análise Final

1. **Orçamento Anual:** Ambos os cenários geram déficits anuais consideráveis, violando o princípio de equilíbrio orçamentário da LRF.
2. **Fluxo Financeiro Mensal:** Apesar dos déficits orçamentários, os saldos mensais permanecem positivos, indicando que há capacidade financeira para cobrir as despesas no curto prazo.

Conclusão Final

Com base na LRF 101/2000, os cenários apresentados demonstram incompatibilidade com o equilíbrio orçamentário anual. Embora o fluxo financeiro mensal seja positivo, a Câmara Municipal de Nanuque deve priorizar medidas para evitar déficits anuais e garantir conformidade com a LRF, assegurando sustentabilidade fiscal. Adicionalmente, não foi efetuado o cálculo detalhado considerando as vantagens salariais devido ao déficit orçamentário já demonstrado na tabela,


Fabiano Monteiro Rodrigues
Contador TCCRC-MG71163
Câmara Municipal de Nanuque


25/6/25
Câmara Municipal de Nanuque
Nanuque-MG



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

MATÉRIA APRESENTADA

SESSÃO 17^a ORDINÁRIA

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº 107/2025

EM 02/06/25

PRESIDENTE

ENCAMINHAR

Sessão 17^a Ordinária

Para:

Presidente de Câmara

Em

02/06/25

Indica a apresentação de Projeto de Lei que Cria o cargo de Assessor Parlamentar no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Nanuque e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

Temos a honra de encaminhar para apreciação desta augusta Casa Legislativa a Indicação que visa a apresentação de Projeto de Lei que cria o cargo de provimento em comissão de Assessor Legislativo no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal.

Como é do conhecimento dos nobres Vereadores, há uma grande demanda de atividades administrativas e legislativas no âmbito da Câmara Municipal de Nanuque, Portanto, é oportuno que se crie o cargo de Assessor Legislativo, a fim de que as referidas atividades descritas no artigo 5º possam ser desenvolvidas adequadamente com o assessoramento deste cargo que ora se pretende criar.

Lembramos que o impacto orçamentário-financeiro adicional neste exercício será custeado através do contingenciamento de dotações orçamentárias previstas no orçamento vigente municipal, nos termos das legislações pertinentes, notadamente da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cientes de que os Vereadores comungam conosco no que concerne ao reconhecimento adequado daqueles que exercem com responsabilidade e apreço suas atividades, é que submetemos a esta Casa Legislativa o referido projeto para a devida análise e aprovação.

Assim, contando com a aprovação dos nobres colegas desta proposta para que esta possa ser implementada nesta Casa, reiteramos protestos de consideração.



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Desse modo, com o devido respeito, submetemos o presente Projeto de Lei à elevada apreciação dos nobres Vereadores que integram esta Casa Legislativa, na expectativa de que, após regular tramitação, seja ao final deliberado e aprovado na devida forma regimental, e posterior remessa ao Prefeito Municipal, para a sua sanção e transformação definitiva em Lei Municipal.

[Signature]
[Signature]

Sima

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Guilherme Zena Damascena
[Signature]

[Signature]

Vereadores-autores

MATÉRIA APRESENTADA

SESSÃO 17 ORDINÁRIA

EM 02/06/25

[Signature]
PRESIDENTE

ENCAMINHAR

Sessão 17 Ordinária

Para: Presidente da Câmara

Em

02/06/25
[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI **Nº 107/2025**

Cria o cargo de Assessor Parlamentar no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Nanuque e dá outras providências.

Os Vereadores que este subscrevem, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno deste Poder Legislativo, remetem ao Plenário o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica criado e passa a integrar o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Nanuque o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar.

Art. 2º. O vencimento do cargo criado na forma do art. 1º será definido em Lei específica.

Art. 3º. Cada Vereador terá direito de indicar um Assessor Parlamentar para desempenhar as respectivas funções.

Art. 4º. O provimento do cargo criado na forma do art. 1º deste Projeto de Lei dar-se-á por nomeação pelo Presidente da Câmara, por indicação de cada um dos Vereadores.

Art. 5º. São atribuições do cargo de Assessor Parlamentar:

I – Assessorar e coordenar os serviços pertinentes às atribuições políticas, legais e administrativas do Gabinete do Vereador

II – Zelar pela observância das disposições legais e regulamentares internas, assessorando no processamento dos expedientes administrativos e legislativos do Gabinete do Vereador, especialmente para assegurar boas condições de trabalho;

III – Assessorar o Vereador na realização de audiências públicas, reuniões e prestar outros serviços de apoio, dentro de sua área de atuação e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Presidência da Câmara Municipal, tanto interna quanto externamente junto à comunidade, sempre que assim lhe for designado;

IV — Organizar os compromissos do Gabinete do Vereador, agendando horários de reuniões, entrevistas, visitas e solenidades, especificando todos os dados e informações pertinentes;

V — Assessorar o Gabinete do Vereador na realização de estudos de viabilidade e pesquisas para a elaboração de Projetos de Lei ou outras espécies de proposições legislativas;

VI — Acompanhar e assessorar, sempre que convocado, o Vereador durante as reuniões ordinárias e extraordinárias, e de Comissões em que este participar;



CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Desse modo, com o devido respeito, submetemos o presente Projeto de Lei à elevada apreciação dos nobres Vereadores que integram esta Casa Legislativa, na expectativa de que, após regular tramitação, seja ao final deliberado e aprovado na devida forma regimental, e posterior remessa ao Prefeito Municipal, para a sua sanção e transformação definitiva em Lei Municipal.

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Vereadores-autores

[Signature]

MATÉRIA APRESENTADA

SESSÃO 17 ORDINÁRIA

EM 02/06/25

[Signature]
PRESIDENTE

ENCAMINHAR

Sessão 17 Ordinária

Para: Presidente da Câmara

Em

02/06/25
[Signature]